



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



MONTEVIDÉU, URUGUAI, 6 DE MAIO DE 1997

Embaixador Jesús Sabra, Presidente do Comitê de Representantes; Senhor Antônio Antunes, Secretário-Geral da Aladi; Senhores Representantes Permanentes; Senhoras e Senhores,

(Em espanhol) Creio que o fato de que a Aladi, hoje em dia, tenha todo o significado que foi tão bem apontado aqui, esta manhã, tanto pelo Presidente do Comitê de Representantes como pelo Secretário-Geral, mostra o acerto das decisões anteriores dos governos de nossa região. Como estamos aqui em um local onde há a possibilidade de que cada um fale seu próprio idioma, peço-lhes licença para falar em português – o que é outra consequência positiva da Aladi, já que podemos falar cada um em sua própria língua e entendermo-nos bem, desde que sempre falemos um pouco lentamente e sem usar palavras muito “esdrúxulas”, como “esdrúxulas”.

Eu queria, se me permitem, dar um pequeno depoimento pessoal sobre o processo de integração, que alguns dos aqui presentes acompanham há muito tempo.

No início, a ALALC foi quase que uma decisão de vontade de um grupo pequeno de intelectuais, de profissionais, com apoio limitado de alguns setores políticos. A princípios dos anos 60, coube a mim fazer um estudo, a pedido da Cepal, mais especificamente do Diretor de Assuntos Sociais da Cepal, José Medina Echevarría, um grande sociólogo espanhol, que queria saber sobre o efeito da ALALC sobre a percepção que os empresários de alguns dos nossos países tinham quanto ao fenômeno da integração.

Fiz uma pesquisa, escrevi um trabalho que foi apresentado em uma reunião em Mar del Plata.

Para minha não-surpresa, a verificação foi óbvia. Os empresários simplesmente desconheciam a ALALC. Os empresários paulistas – e isso foi em 1961 – esses então mal sabiam do Rio de Janeiro, como iam se preocupar com o ficava além do Rio Tietê? – Tietê é o rio que passa por São Paulo, passava naquela altura como rio, hoje passa um pouco mais penosamente como esgoto.

Não havia a mais remota consciência da importância da integração. Ainda nos anos 60, em algum momento, a pedido do Doutor Raúl Prebisch, fui à América Central. Lá já se estava organizando o Mercado Comum Centro-Americanano e se tratava da criação de um banco de desenvolvimento regional. Entrevissei alguns dirigentes de vários daqueles países e, de fato, havia uma idéia ainda muito elementar sobre quais seriam as consequências da integração. Basicamente, o interesse era organizar o banco. Os bancos sempre tiveram mais força do que os comitês de integração. É natural que tenham.

De lá para cá, a transformação foi imensa. Todo o trabalho que já foi aqui comentado pelos que me antecederam mostra que, a partir da decisão de 1980 – a constituição da Aladi – o impulso de integração foi muito forte. E esse impulso correspondeu, por um lado, ao avanço e ao aperfeiçoamento das próprias organizações enca-rregadas do processo integrador, que perceberam com maior realismo quais eram as possibilidades, os limites desse processo e, mais ainda, treinaram pessoas capazes de fazer esta negociação. Treinaram nos Ministérios das Relações Exteriores, principalmente, mas também nos Ministérios de Indústria e

Comércio, até mesmo da Fazenda, que sempre é mais difícil de ser conquistado. O último bastião a ser conquistado é o Ministério da Fazenda. Onde se conquistou a Fazenda, tem-se a impressão de que o Presidente é prisioneiro da Fazenda. Por isso fui primeiro Ministro da Fazenda, para poder ser Presidente sem ser prisionei-ro.

Pois bem, esse processo ganhou muita força e essa força hoje não deriva apenas desses organismos internacionais e do esforço dos técnicos de alguns setores políticos. Os números são eloquentes. A força deriva de que existe, realmente, um processo que tem a ver com a prática econômica da nossa re-gião.

Há vantagens na associação e as vantagens se traduzem em resultados concretos de comércio e investimento, em parcerias novas, enfim, na configuração de um espaço econômico mais favorável aos negócios. No mundo de desenvolvimento capitalista, ou se alcança esse grau de compreensão e de motivação no setor empresarial, ou as iniciativas se estiolam na boa vontade de quem propõe, na competência angustiada dos técnicos e na incapacidade de que daí derive alguma coisa mais concreta. No entanto, hoje não é mais assim. Hoje, existe o sentimento efetivo de que a integração resulta em algo positivo.

Mais ainda, nós, de alguma forma, estamos sendo alcançados por um processo de outra natureza, distinto daquele que ocorreu na América Latina, e que leva à integração. A idéia latino-americana de integração era uma idéia muito embasada em uma ideologia latino-americana, uma visão de que deveríamos constituir a “pátria grande”, para utilizar a expressão comum.

Não foi assim na Europa. Na Europa de início havia até reação. O De Gaulle queria a Europa das pátrias. Não queria saber de “pátria grande”, e o processo que começou a se desenvolver na Europa teve outras motivações. Mas também a integração européia foi atropelada por um processo, esse sim abrangente, que é o que hoje chamamos de “globalização”, que embora existisse – obviamente, nos seus albores – nos anos 60, não se tinha dele a consciência que se tem hoje. Até porque, nos anos 60, o que havia de novo na globalização era o fato de que algumas empresas de porte internacional começavam a operar não apenas no

país-sede, mas nos países que antigamente teriam sido apenas mercados importadores.

Isso era o que estava ocorrendo nos anos 60. Era uma expansão, mas ainda dentro de uma escala tradicional. Em uma visão tradicional, era a expansão do sistema produtivo que ia integrando mercados além daquilo que, na linguagem da Cepal, se chamava o “centro”. Ou seja: parte da periferia tinha ligações diretas com o centro.

Hoje é distinto. Hoje, independentemente de centro e de periferia, ou do que seja, o modo de produzir levou à globalização ou à “mundialização”. Por quê? Por causa da revolução tecnológica, que ainda não havia ocorrido nos anos 60, quando apenas começava a existir a ideia de integração, quando começava a surgir uma reorganização, em termos empresariais, de mercados e um deslocamento da produção, mas não ocorria, ainda, a internacionalização do processo produtivo.

O que se fazia era transferir partes do sistema produtivo, anteriormente concentrado nas matrizes, para as filiais, do centro para a periferia, mas dentro da fábrica tudo era igual. A diferença consistia, apenas, em que as fábricas que vinham para cá não completavam ou não faziam toda a gama de produtos, o que se fazia nas matrizes.

Hoje, é diferente. Houve uma partição do processo produtivo, que se deslocou de maneira muito forte. O mesmo produto é parcialmente fabricado em regiões as mais distintas, através de técnicas que são inovadoras e que só puderam existir por causa da reforma da informática, do sistema de computadores e da capacidade que temos hoje de informação imediata, de controles que podem estar localizados numa localidade, mas que dizem respeito ao planeta todo.

Este é, portanto, outro processo. Muitas vezes, confundimos as coisas e, então, de repente nos parece estarmos sofrendo uma espécie de terremoto, um “temblor de tierra fuerte”, que está realmente transformando as bases do sistema produtivo mundial, do sistema de organização das empresas do mundo e, em consequência, também do sistema político, do sistema de decisão. Isso porque também o sistema de decisão, se isso é possível, como que evapora de um lugar fixo. Ele passa a funcionar, em parte, a partir de redes de informação que se localizam

em qualquer parte do planeta, sem que isso impeça que a decisão seja tomada. Dessa forma, o poder não está mais tão ligado à proximidade, seja no modo de produzir, seja no de decidir.

É uma verdadeira revolução. Há um certo tempo, eu insistia em um tema – que foi mal compreendido no Brasil – o de que estamos vivendo uma época comparável à do Renascimento. Como as pessoas costumam ver a globalização como exclusão, ou como um processo que leva à exclusão, quando alguém diz que é um Renascimento, imaginam que se está abençoando a exclusão. O que se pode fazer se o espírito, às vezes, não tem a grandeza de julgar o outro com um pouco mais de bondade e pensa sempre que o outro está simplificando para o lado negativo? Não existem os dois processos ao mesmo tempo?

Existe, de fato, um processo de exclusão, em razão de um sistema produtivo que já não tem mais a ver exclusivamente com o sistema político e econômico. Não é o regime de produção, mas o modo de produzir que leva a essa exclusão. Mas, por outro lado, existe também toda uma gama nova de oportunidades que permite um novo pensamento. Daí que se possa falar de um Renascimento, porque permite pensar o mundo de uma maneira diferente. E mesmo na comparação que fiz com o Renascimento, a relação tinha a ver com o fato de que o Renascimento, como foro cultural – o racionalismo, que séculos mais tarde vai resultar na filosofia iluminista – está ligado também com o fato da expansão do comércio, o fato da descoberta do outro. Os europeus descobrem outros mundos e percebem que, embora eles quisessem ser o centro do mundo, havia outros centros. É só olhar para a China – e eles olhavam para a China, e se assustavam porque o mundo não era só a Europa.

Hoje, todo mundo sabe que o mundo não pode ser “só e mais nada”. Ele é, ao mesmo tempo, várias coisas diferenciadas. Isso nos obriga a fazer uma revolução mental. Ou a fazemos ou não estaremos à altura dos desafios do nosso tempo. Portanto, se as condições que estão se formando requerem um pensamento novo, é necessário que haja, de fato, os renascentistas, alguém que pense de uma maneira que não seja a tradicional, com todas as consequências disso. Estamos sofrendo as

consequências disso, de um certo ângulo, mas dá para perceber deste ângulo, todo o conjunto de implicações desta revolução pela qual passa a humanidade, não um só país.

Aqui, também, de alguma forma, quando pensamos em integração, temos que tomar em consideração que as idéias de integração foram mudando, em parte, em função dessas grandes transformações que ocorreram por trás delas.

A integração da qual eu falei, dos anos 60, que era uma tentativa dessa parte da América Latina de se pensar. Ainda não tinha muito a ver com a revolução do setor produtivo. Tampouco tinha ver ainda com a questão das transformações das multinacionais. Tinha a ver, somente, com o fato de que se buscavam mercados maiores. E isso é pouco. Isso, que naquela época parecia muito, a busca de escala de produção, é pouco. Os paulistas não se preocupavam com a ALALC, porque tinham escala no Brasil para um sistema produtivo como era o nosso na época. Então, para que preocupar-se com o resto? Não fazia sentido. Era uma idéia, uma noção intelectual, chegar lá e perguntar: "O que você acha da integração?" "Não acha nada, não sabe nada". A visão era a de que vender uma maquininha de costurar, ali perto, na periferia de São Paulo, era suficiente. Tudo isso mudou.

A questão que se apresenta aqui – e vamos dizer as coisas como elas são – é que, nesse momento, estamos diante de duas visões. A visão que foi aqui exposta – da Aladi, de negociações crescentes entre nós – e a visão da ALCA, que já responde, ainda sem ter noção concreta de tudo, ou já começa a querer responder à revolução do sistema produtivo mais amplo. São coisas que se situam em planos distintos.

Politicamente, cabe a pergunta que foi feita aqui. Por quê? Porque, evidentemente, uma coisa é reconhecer que existe um processo no mundo, outra é perguntar como meu país entra nesse processo. Entra sem precauções, como se se tratasse de uma coisa cujo efeito se ignora? Ou vou conhecer o efeito, medir as consequências, e limitar aquelas que forem negativas e tirar proveito das que são positivas?

Esse é o nosso desafio. O nosso desafio agora, nos termos da linguagem da diplomacia brasileira, é saber se nós vamos para a integração

hemisférica via “building blocks”, ou se se trata de algo que surge de repente, como se nada houvesse do passado, e se propõe uma integração só, de uma só vez, “once and for all”. Evidentemente, a prudência indicaria que o “once and for all” é um jogo de escala. Mas, nós temos que entender as realidades do mundo, e as estamos entendendo.

Esse processo de integração hemisférica corresponde a uma estrutura mais complexa de desafios do que o nosso próprio processo integracionista, mas ele também tem muitas possibilidades de convencimento, se não para todos, para alguns.

Por outro lado, esses processos não se dão isoladamente no mundo. Existe a Europa, a União Européia. Existem a Ásia, a China, o Japão. Existe uma série de alternativas. Nós, como já temos uma história de discussão integracionista – de negociações entre nossos países, de interesses que se vão perfilando, de definições que se vão formando –, nós temos, portanto, algum grau de opção. E temos a responsabilidade de exercer as nossas opções, tendo em vista os interesses de nossos povos.

Acredito que nesta matéria, como em qualquer outra matéria de política nacional, não cabe uma atitude de exclusão e uma atitude de imposição. Todos os países que aqui estão são homogêneos em certos aspectos e se diferenciam em outros. Seus interesses formam uma espécie de “geometria variável” em nosso entrosamento.

Eu estava aqui em Montevidéu quando o então Chanceler do México, Solana, informou que o México ia marchar para o NAFTA. A posição do Brasil qual foi? Apoiou. O Presidente Itamar Franco – e eu era o Chanceler – colocou em seu discurso uma frase de encorajamento ao México. Por quê? Porque queríamos que o México não participasse mais da Aladi ou não viesse a formar parte da comunidade das nações latino-americanas? Claro que não. Porque entendemos que o México, dadas suas peculiaridades, tem a liberdade, obviamente, de se adaptar a circunstâncias que impõem novos desafios ao México.

No momento em que o Chile discute se vai ter ou não vai ter o “fast track”, nós temos a mesma atitude. A economia chilena tem certas particularidades, diferentes da economia brasileira e de outras mais, que dão ao Chile a possibilidade de examinar esse caminho, sob a condição –

penso eu, para que seja proveitoso para todos – de que esse não seja um caminho excluden-te. Fizemos o acordo do Mercosul com o Chile, como fizemos o acordo com a Bolívia e faremos outros acordos mais, sempre que possível, dentro do guarda-chuva, do “sombrero” da Aladi.

Já que os desafios são múltiplos e se colocam em planos muito diversos, respondem a questões muito diversas, nós também não nos podemos fechar em um só caminho. Isso implica que não podemos fechar questão com a idéia de que a ALCA já é como uma só negociação, como se fosse “bateu o martelo e acabou”, porque isso seria prejudicial à nossa acumulação histórica e aos nossos interesses concretos atuais.

A Aladi continuará a ser indispensável nessa negociação. Na medida em que entendamos a questão dos “building blocks” não como um obstáculo, mas como um caminho seguro para uma integração hemisférica que seja benéfica para todos, o guarda-chuva, o “paraguas”, da Aladi passa a ser fundamental.

Essa era a mensagem que eu queria trazer. Uma mensagem de confiança na Aladi, em seu papel neste momento tão decisivo em que nós, de espírito aberto, nos aproximamos a negociações que vão definir, ao menos para o começo do próximo século, a nossa capacidade de participação e o seu limite nesse novo mundo que está se formando.

Não cabe a mim falar pela Aladi, nem falar pelo conjunto dos países, mas sim pelo Brasil.

O Brasil tem uma estrutura de comércio e de produção que requer a sua permanência como “global trader”. O Brasil é um país que, pelo porte de sua economia, não se pode “encajonar”, ficar preso em uma só linha, como imagino que os Estados Unidos também o sejam e como a Europa, a China e o Japão também o são. Pertencemos à família dos países que necessitam de um espaço, de oxigênio mais amplo. Essa será, portanto, nossa atitude. Vamos prestigiar as negociações de Belo Horizonte. Vamos prestigiar a integração hemisférica. Mas vamos também olhar como muita objetividade os nossos interesses próprios na negociação ponto por ponto.

É a nossa vontade – essa sim, inabalável – de nos mantermos como parte do Mercosul e como membros ativos da Aladi, negociando tratados

com nossos vizinhos da América do Sul, com o México, negociando o que seja possível no sentido que seja positivo para os que participam. Mas, ao mesmo tempo, entendendo que o mundo está se transformando e requer novas formas de integração, porque a base produtiva mudou, porque tudo mudou. Essa mudança implica que os mercados locais são insuficientes, não só pela escala, mas pelos problemas de organização, das novas formas de produção, dos novos nichos de comércio que se vão abrir pelo mundo afora. Devemos ter, portanto, uma posição construtiva.

Quero terminar reafirmando o agradecimento brasileiro, por tudo o que tem sido feito na Aladi, ao Presidente do Comitê, ao Secretário-Executivo – que é meu compatriota e, como ele mesmo diz, foi meu companheiro nos tempos da Cepal – ao nosso Embaixador Denot Medeiros e aos demais embaixadores.

Ao reiterar esses agradecimentos, quero terminar dizendo-lhes que, pelo menos a meu ver, estamos passando por uma fase criativa, inovadora, da humanidade. Uma fase que está produzindo problemas terríveis, mas que também está produzindo condições para que enfrentemos os problemas da pobreza, da exclusão, etc.

Concluo, assim, dizendo que, como esse novo modo de organizar a produção cria seus problemas, as formas integracionistas não podem se esgotar nos tratados de comércio, nos tratados de tarifas, de “aranceles”. É preciso que haja idéias mais amplas, que resgatam, simplesmente, a face humana de um processo histórico.

Não estamos lidando com mercado-rias, estamos lidando com pessoas que produzem mercado-rias e que consomem mercadorias. Não nos alienemos a ponto de pensar que, ao discutir as formas de fazer circular as mercadorias, nós estamos resolvendo os problemas do ser humano. Não estamos. Temos que insistir, como políticos – e aí já não se trata apenas de uma compreensão analítica, mas de valores que se ligam à possibilidade de mudar o mundo – temos que insistir, qualquer que seja nossa decisão quanto às formas de integração, no fato de que não podemos aceitar a assimetria, a desigualdade e a injustiça. Assim, quando estivermos discutindo a integração no nível hemisférico, temos que – repito – insistir nesses pontos.

Vivemos em países cujas sociedades, internamente, são muito desiguais – e são desiguais também entre elas. Se qui-sermos ou tivermos que pensar em termos renascentistas, que implicam um novo humanismo, hoje não se trata mais apenas de dizer que o homem é a medida de todas as coisas. O humanismo de nossos dias implica alguma dimensão de solidariedade, alguma dimensão ética.

Pode parecer estranho que o Presidente da República, ao discutir a integração, venha a colocar uma questão ética. Mas essa será nossa força, até mesmo em nosso discurso no âmbito da ALCA, porque esse discurso, hoje em dia, ultrapassa os Governos, os Estados nacionais, e alcança os povos, as organizações não-governamentais, permitindo que se levantem questões e bandeiras importantes para fazer com que o processo de integração seja, de fato, seja benéfico para nossas sociedades.

Com esse espírito aberto, com uma Aladi capaz de ser o grande guarda-chuva – não apenas em negociações comerciais, que são importantíssimas, mas também na introdução em sua linguagem de novas idéias e valores –, podemos caminhar juntos para construir sociedades melhores para os nossos povos.

Muito obrigado aos Senhores por toda a gentileza.